

II ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS TRADICIONAIS

(II EBET)

AUDITÓRIO DE GEOGRAFIA - UFRN

24 E 25 DE MAIO DE 2018

NATAL - RN



***RESUMOS DOS GRUPOS DE
DISCUSSÃO
(COMUNICAÇÃO ORAL)***



AUTOR / TÍTULO

Diogo Diniz Barros / A objetividade da beleza em Roger Scruton: paralelos estéticos entre arte, natureza e humanidade **p. 3**

Isaque Guilguer Brito de Medeiros / A verdade nos sistemas políticos e econômicos na obra “Como ser um conservador”, de Roger Scruton **p. 4**

Diego Soares da Nóbrega Silva / O livre-arbítrio e a moral segundo São Bernardo de Claraval **p. 5**

Edu Silvestre de Albuquerque / Economia Cristã e Distributismo **p. 6**

Jesus Romersson Rousseau A. F. de Medeiros / A Inglaterra conservadora
..... **p. 7**

Richerlida Helena Teixeira da Silva / Formação e evolução da rede da Igreja Presbiteriana do Brasil no estado do Rio Grande do Norte **p. 8**

Douglas André Gonçalves Cavalheiro / O espectro de Jaime Cortesão: A fabricação da Geopolítica Brasileira de Golbery do Couto e Silva (1952 - 1967) **p. 9**

Douglas André Gonçalves Cavalheiro / *Mare Nostrum*: a Formação da Espacialidade Geopolítica do Atlântico Sul **p. 10**

Isaque Guilguer Brito de Medeiros; Mateus Vicente Guerra Dantas Oliveira / A defesa da liberdade no conceito de “soberania das esferas” **p. 11**

Bruno Gomes de Araújo / A geopolítica fronteiriça da Faixa de Gaza **p. 12**

A objetividade da beleza em Roger Scruton: paralelos estéticos entre arte, natureza e humanidade

Diogo Diniz Barros

Acadêmico do Curso de Música Popular - UFPB

Acadêmico do Curso de Filosofia - UNINTER

diogodb91@gmail.com

Empreende-se no presente escrito um resumo das ideias do pensador britânico Roger Scruton sobre a estética, beleza, natureza e arte presentes em seu livro “Beleza”. Scruton trabalha, de início, em torno de seis pontos de partida para concluir que a beleza possui caráter também objetivo, e não apenas subjetivo como deveras é tentado fazer-se crer na modernidade. São eles o agrado que a beleza traz ao homem; a possibilidade de escalonamento das coisas segundo a beleza; a motivação para ocuparmo-nos dela; o juízo de gosto que se faz da beleza; o juízo de gosto como resultado respectivo ao objeto, e não ao estado de espírito do sujeito; e, por fim, a necessidade da experiência particular como fonte do julgamento estético legítimo. Posteriormente, Scruton utiliza-se da beleza na natureza para lançar as bases de uma objetividade na análise artística. Assume-se que a beleza natural é associada ao gosto, que por sua vez é atividade característica dos entes racionais. O intelectual inglês propõe ainda que a beleza natural, por sua universalidade, pode servir como perspectiva estética num ponto de vista comum, seja da ótica do belo em si, transposto pela harmonia, ordem e serenidade presentes nas criaturas mais frágeis, seja da ótica do sublime, em sua vastidão, poder e majestade, que confronta o homem à sua fragilidade e finitude diante da realidade, confessando abertamente a herança de conceitos estéticos de Edmund Burke para resolver impasses. Os conceitos imediatamente anteriores também desaguam na subsequente questão da arte e suas formas: pode tanto ser sutil e harmoniosa, quanto pode transpassar os limites da técnica artística, desde que salvaguardada pelo justo uso das regras, visto que a criatividade é despertada como fonte de beleza a partir do uso que se faz delas, ou a experiência seria injusta e incoerentemente considerada desnecessária. Por fim, Roger Scruton agrega a beleza humana à artística e reflete sobre amor e desejo na arte, mas não sem antes golpear o culto ao grotesco e a vulgaridade *kitsch* instalados no gosto de massa hodierno.

Palavras-chave: Roger Scruton. Estética. Beleza.

A verdade nos sistemas políticos e econômicos na obra “Como ser um conservador”, de Roger Scruton

Isaque Guilguer Brito de Medeiros

Acadêmico do Curso de História - UFRN

Isaqueguilguer247@gmail.com

A proposta inicial de trabalho se limita a uma apresentação introdutória ao autor, algumas de suas obras e aos apontamentos dados por Scruton às verdades presentes nos sistemas políticos e econômicos feitos na obra “Como ser um conservador” (Ed.Record, 2016) - originalmente publicada em 2014 sob o título “*How to be a conservative*”.

O objetivo da apresentação é, primeiramente, introduzir e demonstrar a relevância contemporânea do autor trabalhado. Segundo, e mais importante, argumentar a favor do reconhecimento de aspectos relevantes nos sistemas econômicos e políticos tratados na obra, depurando seu conteúdo, separando o que é útil e o que é danoso para a formação de um pensamento e uma consciência mais holística e menos polarizada/maniqueísta das idéias políticas buscando desenvolver uma cosmovisão conservadora no sentido ortodoxo do conceito, evitando visões deturpadas, rasas, unilaterais e anacrônicas.

O corpo da apresentação seguirá a ordem dos capítulos no livro, partindo do capítulo que se inicia o tema de nosso interesse (capítulo 3) até o capítulo décimo, a saber: (3) a verdade no nacionalismo; (4) a verdade no socialismo; (5) a verdade no capitalismo; (6) a verdade no liberalismo; (7) a verdade no multiculturalismo; (8) a verdade no ambientalismo; (9) a verdade no internacionalismo e, por fim, (10) a verdade no conservadorismo.

Palavras-chave: Conservadorismo Político Inglês. Roger Scruton.

O livre-arbítrio e a moral segundo São Bernardo de Claraval

Diego Soares da Nóbrega Silva

ddyegoo@gmail.com

O presente trabalho visa mostrar a concepção do livre-arbítrio em São Bernardo de Claraval, analisando seu Opúsculo sobre o Livre Arbítrio e dele tirando diretrizes para a origem do senso moral. Em suma, para Abade de Claraval, a liberdade nunca está separada da vontade, antes, esta é condição *sinequa non* para que aquela exista. O Doutor *Mallefulus* ainda desenvolve, em sua obra, que o livre-arbítrio não se caracteriza somente pela autodeterminação, pelo assentimento ou dissentimento, mas também pela capacidade do autojulgamento, assim o “livre” nunca deve ser separado do “arbítrio”. Desta resolução, analisa-se que o senso moral nasce do livre-arbítrio, já que este dá ao homem a capacidade de saber o que é bom e mau, pela capacidade de julgar suas ações. Segundo o santo, a permanente busca pela reincidência da escola do mal leva ao vício, que resulta na diminuição da faculdade do livre arbítrio, e a luta pela escolha do bem leva a felicidade.

Palavras-chave: São Bernardo de Claraval. Livre arbítrio. Senso moral.

Economia Cristã e Distributismo

Edu Silvestre de Albuquerque

Docente do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - UFRN

edusilvestre@ufrnet.br

Gilbert Chesterton e Hilaire Belloc afirmavam que todo homem tem o direito e o dever de prover o bem-estar de sua família, e que, para isso, necessita da restauração de sua propriedade individual sobre os meios de produção. Nessa perspectiva, a propriedade dos meios de subsistência é, por assim dizer, equiparada ao direito de propriedade do lar, e devem ser ambas interpretadas como direito comum. O Distributismo se inspira no tomismo e na encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (CASTAÑO, 2005). São Tomás de Aquino defendia o direito natural à propriedade privada, inserida num sistema de obrigações sociais e morais da parte do proprietário. Entretanto, os elementos do distributismo já estão colocados nos próprios textos bíblicos. O livro de Levítico é conhecido por trazer a liturgia do credo judaico, mas ele faz bem mais que isto, regulamentando as práticas de uso do solo (recomendando o *pousio* ou descanso da terra a cada sete anos), os regimes de propriedade fundiária e sobre o capital (a lei da remissão que libertava o devedor do credor ao sétimo ano) e as relações de trabalho (a Lei da escravidão impunha tratamento diferenciado ao escravo e sua libertação no sétimo ano). E ainda mais, em Levítico temos a fundamentação do regime de propriedade rural no Ano do Jubileu, que deveria ser comemorado pelos hebreus a cada 50 anos: "A terra não poderá ser vendida definitivamente, porque ela é minha, e vocês são apenas estrangeiros e imigrantes. Em toda terra em que tiverem propriedade, concedam o direito de resgate da terra." (LEVÍTICO 25:23). Além disso, "se não adquirir recursos para devolver-lhe o valor, a propriedade que vendeu permanecerá em posse do comprador até o Ano do Jubileu. Será devolvida no Jubileu, e ele então poderá voltar para a sua propriedade." (LEVÍTICO, 25:28). Cerca de 90% da população à época da escrita de Levítico vivia em aldeias, portanto, o mundo hebreu girava em torno da propriedade rural. No contexto religioso da fundação da nação de Israel em torno do princípio da igualdade, era vontade divina que a terra pertencesse à família, ou seja, como direito de herança.

Palavras-chave: Distributismo. Economia Cristã. Doutrina Social da Igreja.

A Inglaterra conservadora

Jesus Romersson Rousseau A. F. de Medeiros

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia - UFRN

rousseau060@gmail.com

Há muitos equívocos permeando o conceitos de conservadorismo e do liberalismo na atualidade no Brasil. Com uma pretensão demasiada para uma apresentação de um seminário colocamos em debate estas temáticas para desmistificar os exageros cometidos pela academia frente a estas doutrinas. Tal pretensão se embasa no preceito da liberdade de expressão, sem ferir a liberdade de ninguém, citada no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em outubro de 1988. Utilizamos como referência para a elaboração deste trabalho, além da constituição brasileira, as seguintes obras:

- *British History and Culture*, de Stella Nangonová (2006), disponível em (http://www1.osu.cz/~valoskova/stud_opora_Stella.pdf, visitado dia: 29/03/18);
- *Magna Carta and Parliament*, de David and Prior Carpenter (2015), disponível em: (<https://www.parliament.uk/documents/Magna-Carta-and-Parliament-Booklet.pdf> visitado dia 29/03/2018).

Palavras-chave: Inglaterra. Constituição. Formação do Conservadorismo.

Formação e evolução da rede da Igreja Presbiteriana do Brasil no estado do Rio Grande do Norte

Richerlida Helena Teixeira da Silva

Acadêmica do Curso de Bacharelado em Geografia - UFRN

richerlida@gmail.com

Diversos ramos da ciência têm se debruçado sobre o fenômeno religioso em diferentes perspectivas, sobretudo aquelas reconhecidas como Ciências sociais. A Geografia, fazendo parte deste universo, detém-se às discussões inerentes às suas principais categorias de análise. Se todas essas coisas ocorrem no tempo, ocorrem em um “onde”, necessariamente (ROSENDAHL, 2005). Sendo assim, considerando a religião um tipo de prática social, também se configura como um fenômeno de interesse geográfico; interpretado sob diferentes “lentes” escolhidas pelos geógrafos. Nas últimas décadas, viu-se surgir mais igrejas cristãs protestantes, principalmente as denominadas Pentecostais e Neopentecostais. Os dados concernentes às religiões no Brasil mostram a grande desproporcionalidade, sobretudo nos últimos 30 anos, entre o avanço das vertentes já citadas e as igrejas históricas, originadas na época da Reforma Protestante. A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma dessas denominações protestantes que chegou no país com o missionário James Cooley Fletcher, em 1835. No estado do Rio Grande do Norte, oficialmente a primeira igreja dessa denominação surge em 7 de abril de 1895, em Natal. Hoje, conta com 28 templos na Grande Natal e cerca de 40 templos no interior do estado. Esta pesquisa buscará caracterizar a territorialização em rede da Igreja Presbiteriana do Brasil no estado do Rio Grande do Norte. Serão localizados e mapeados os templos da IPB-RN, relacionando a localização dos templos com o porte demográfico dos municípios em que se encontram e o perfil socioeconômico da membresia. A caracterização da rede territorial dessa denominação religiosa será feita com base na tipologia do geógrafo Bruno Gomes de Araújo desenvolvida em sua tese “A Expansão Regional das Redes de Poder da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil”. Ele classifica as estratégias de expansão espacial do pentecostalismo como: Zonal, Reticular e Multiterritorial, e discute como aquela corrente evangélica foi perpassando cada uma dessas etapas. Percebe-se que a classificação de uma denominação quanto a sua expressão geográfica, dentro das tipologias criadas, informa sobre suas questões internas: organização eclesiástica, doutrinas e confissões e, por consequência, métodos de evangelização. A competição interdenominacional exige hoje o uso das mais diversas estratégias e ferramentas disponíveis para fazer com que sua mensagem de evangelização alcance o maior número possível de pessoas.

Palavras-chave: Rede, Território, Protestantismo.

O espectro de Jaime Cortesão: A fabricação da Geopolítica Brasileira de Golbery do Couto e Silva (1952-1967)

Douglas André Gonçalves Cavalheiro

Acadêmico do Curso de História - UFRN

douglas.cavalheiro@gmail.com

A partir da *história dos espaços* é atestada a transformação das concepções do espaço ao longo da história. A Escola Superior de Guerra (ESG) funcionou como um centro produtor e disseminador de concepções estratégicas sobre o espaço, com a utilização de projeções cartográficas sobre a espacialidade geopolítica brasileira presentes nas apostilas de Golbery do Couto e Silva. Através desses mapeamentos é possível observar a influência das exposições realizadas pelas palestras realizadas por Jaime Cortesão no Ministério das Relações Exteriores, durante a década de 1940. Essas fabricações causaram uma profunda influência nas produções sobre a espacialidade brasileira. Portanto, é possível estabelecer um elo de continuidade na fabricação geopolítica brasileira entre a cartografia de Jaime Cortesão e os escritos de Golbery do Couto e Silva, nos anos 1950.

Palavras-chave: História dos Espaços, Geopolítica, Escola Superior de Guerra.

Mare Nostrum: a Formação da Espacialidade Geopolítica do Atlântico Sul

Douglas André Gonçalves Cavalheiro
Acadêmico do Curso de História - UFRN
douglas.cavalheiro@gmail.com

Após o anúncio da descoberta e do início da extração de petróleo nas camadas de pré-sal na área do Atlântico Sul, uma nova tensão geopolítica se apresentou na espacialidade do hemisfério austral da América. Estudos visando uma eventual reativação da IV Frota Americana, de um lado, e a manobra do cruzador nuclear russo Piotr Veliki (Pedro, o Grande) na região, de outro lado, iniciaram o retorno do tensionamento geopolítico bipolar no Atlântico Sul. O ressurgimento dessa tensão geopolítica foi nomeado por alguns comentaristas da mídia como parte de uma Nova Guerra Fria. A partir desses episódios é necessário repensar a inserção da soberania brasileira no território em disputa. Por meio das produções dos intelectuais do Departamento de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), a teoria do meridionalismo de André Roberto Martin (2012) e as concepções de Wanderley Messias da Costa sobre a projeção do Brasil no Atlântico Sul (2014) é possível estabelecer uma análise sobre os obstáculos contemporâneos, diplomáticos e estratégicos, apresentados a soberania brasileira no Atlântico Sul.

Palavras-chave: História dos Espaços, Geopolítica do Petróleo, Atlantismo, Meridionalismo.

A defesa da liberdade no conceito de “soberania das esferas”

Isaque Guilguer Brito de Medeiros

Acadêmico do Curso de História - UFRN

isaqueguilguer247@gmail.com

Mateus Vicente Guerra Dantas Oliveira

Acadêmico do Curso de História - UFRN

mateusvicentegdo@gmail.com

Nossa proposta é apresentar o conceito de Soberania das Esferas desde sua primeira formulação sistemática, dentro do contexto histórico em que foi cunhado e seu subsequente desenvolvimento, assim como dos pensamentos que influenciaram tal formulação, presentes no próprio João Calvino. Para isso, falaremos de forma breve sobre personagens históricos influentes principalmente dentro da Tradição Reformada, principalmente do calvinismo holandês (vertente reformada que desenvolveu tal teoria). Faremos uma exposição da importância da aplicabilidade do conceito de Soberania das Esferas tanto no período contemporâneo e diretamente posterior de sua sistematização quanto atualmente, nos nossos dias, em que existe tanta discussão sobre o papel do Estado. Pretendemos demonstrar como a soberania das esferas defende o direito de resistência ao Estado quando este está fundamentado no totalitarismo e/ou no autoritarismo, para a preservação das diversas áreas da vida sem que haja uma interferência equivocada entre uma esfera e outra. Argumentaremos em defesa da soberania das esferas apontando como esse sistema preza pela liberdade dentro de determinadas esferas da vida, tais como: Família, Escola, Igreja, Artes, Estado, e Trabalho. Se constituindo, desse modo, como uma aliada à preservação das tradições que possuem seu direito de ser dentro de suas esferas específicas.

Palavras-chave: Soberania das Esferas. Liberdade. Tradição.

A geopolítica fronteiriça da Faixa de Gaza

Bruno Gomes de Araújo

Doutor em Geografia pelo PPGGe - UFRN

gomesaux@hotmail.com

Com o término da Guerra dos Seis Dias em 1967 as Forças de Defesa de Israel – FDI assumiram o controle absoluto das fronteiras da Palestina. Entre as medidas tomadas, está a delimitação unilateral do Estado de Israel por meio da construção de uma “zona de amortecimento”, que separa o território israelense da Faixa de Gaza. Trata-se de uma área militar interditada que se estende ao longo de todo o perímetro norte e leste de Faixa de Gaza, adjacente a Israel, mas dentro do território palestino. A zona de amortecimento na Faixa de Gaza põe em relevo diferentes perspectivas da geopolítica do conflito árabe-israelense. De um lado, Israel reivindica o direito de proteger suas fronteiras e áreas civis, do outro, o grupo anárquico terrorista Hamas que controla a Faixa de Gaza, resiste ao bloqueio israelense por meio de ofensivas militares em direção ao território israelense, o que expõem sua população aos contra-ataques das FDI. O objetivo desse estudo é analisar a geopolítica da Zona de Amortecimento nas fronteiras da Faixa de Gaza, considerando as raízes da guerra entre israelenses e palestinos, sistema territorial dos beligerantes, estratégias militares, zonas de conflito e áreas ocupadas.

Palavras-chave: Israel, Faixa de Gaza, Zona de Amortecimento.